

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão das Secretarias de Estado de **Planejamento e Gestão** — Seplag — e de **Governo** — Segov

— 7/7/2022 —





Relatório de Reunião

*Relatório da reunião de prestação de informações sobre a gestão das Secretarias de Estado de **Planejamento e Gestão** — Seplag — e de **Governo** — Segov — entre 1º de janeiro e 31 de maio de 2022, no âmbito do primeiro ciclo do **Assembleia Fiscaliza 2022***

Reunião conjunta das Comissões:

- Constituição e Justiça
- Administração Pública
- Fiscalização Financeira e Orçamentária
- Participação Popular
- Redação
- Presidente da reunião: deputado Virgílio Guimarães

Data: 7/7/2022

Horário: 14 horas

Local: Auditório José Alencar — Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921



I – Apresentação

Em 7/7/2022, as Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Participação Popular e de Redação receberam Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, e Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, que prestaram informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao ano de 2022, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique [aqui](#) ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br >> Acompanhe >> Eventos >> Assembleia Fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Constituição e Justiça: dep. Charles Santos (vice-presidente), dep. Cristiano Silveira, dep. Guilherme da Cunha, dep. Zé Reis.

Comissão de Administração Pública: dep. Raul Belém, dep. Roberto Andrade, dep. Guilherme da Cunha (substituindo dep. Raul Belém), dep. Sargento Rodrigues (substituindo dep. Glaycon Franco).

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: dep. Hely Tarquínio (presidente), dep. Laura Serrano, dep. Zé Reis, dep. Guilherme da Cunha (substituindo dep. Laura Serrano), dep. Sargento Rodrigues (substituindo dep. Braulio Braz).

Comissão de Participação Popular: dep. Celise Laviola, dep. Raul Belém, dep. Virgílio Guimarães, dep. André Quintão (substituindo dep. Professor Cleiton).

Comissão de Redação: dep. Virgílio Guimarães (presidente), dep. Charles Santos (substituindo dep. Fernando Pacheco), dep. Cristiano Silveira (substituindo dep. Virgílio Guimarães).

Demais presenças: dep. Celise Laviola, dep. Virgílio Guimarães, dep. Hely Tarquínio, dep. João Leite, dep. Sargento Rodrigues, dep. André Quintão, dep. Cristiano Silveira, dep. Roberto Andrade, dep. Charles Santos, dep. Zé Guilherme, dep. Raul Belém, dep. Guilherme da Cunha, dep. Gustavo Mitre, dep. Zé Reis, dep. Laura Serrano.

Poder Executivo: Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão e Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

Em relação à atuação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e de instituições vinculadas à pasta em 2022:

Efetivo das Forças de Segurança Pública:

- PMMG: deficit do efetivo da PMMG – sobrecarga aos policiais militares.
- PCMG: deficit de 44,5% e escrivães com deficit de 50%.
- CBMG: deficit de 30%.
- Necessidade de recomposição do efetivo – e esbarra na Cofin.
- Foi externada a preocupação dos parlamentares com a defasagem do efetivo das forças estaduais de segurança pública e destacada a necessidade premente de recomposição dos seus efetivos. Afirmou-se que o deficit no contingente de policiais militares e de policiais civis sobrecarrega os servidores ativos. Foi também questionada a convocação dos candidatos aprovados excedentes nos concursos para provimento de cargos dessas carreiras e criação de calendário para nomeação de novos agentes.
- Em resposta, a secretária destacou que houve abertura de vagas de concurso para provimento das forças de segurança pública estadual e que a Seplag continuará a realizar concursos para a PMMG, PCMG e Sejusp; também afirmou que houve nomeação de concursados da Polícia Civil.

Regime de Recuperação Fiscal

- Foram apresentados pelos parlamentares muitos questionamentos sobre a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, se os servidores públicos civis e militares receberão seus quinquênios, se as promoções e progressões de carreira estarão garantidas, se os servidores que irão para inatividade terão suas progressões e quais serão os impactos nas carreiras dos servidores. Além disso, foi manifestada preocupação em relação aos impactos da Lei do RRF nos seguintes aspectos: vedação de aumento salarial, de criação de cargo e de carreira que implique aumento de despesa; vedação de realização de concurso público; de recebimento de abonos, verbas e outros impedimentos que estariam vigentes a partir desta data. Em relação à adesão ao RRF: o governo deve ter um esboço do plano que será apresentado. Manifestou-se também a preocupação de que a parte amarga do plano não seja apresentada a sociedade neste período pré-eleitoral bem como questionamentos sobre a previsão de participação da sociedade no plano. Além disso, de acordo com o RRF, a previsão de despesas primárias não pode ser acima do IPCA. Indagou-se como ficarão esses aspectos nesse período pós-pandemia.
- A Seplag destacou que a adesão se submete a um processo ao qual a participação da Assembleia Legislativa é indispensável. A secretária procurou tranquilizar os servidores estaduais porque, segundo ela, não haverá mudanças imediatas no seu sistema remuneratório. Assinalou que o plano de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal vai ser discutido perante a ALMG e destacou que a remuneração dos servidores estaduais somente pode ser alterada por

meio de projeto de lei aprovado nessa Casa. Informou também que a publicação da habilitação do Estado para a adesão ao RRF, que ocorreu nesta data, 7 de julho, não traz nenhum efeito de imediato para os servidores. Nada será feito de ofício. O efeito imediato é a melhor conformação do pagamento da dívida nos próximos 12 meses. O que foi publicado é a permissão de habilitação para o RRF. Várias das medidas já estão vigentes no governo. Não há possibilidade de mudança de ofício em carreira. Qualquer alteração será debatida na ALMG, por meio de projeto de lei. A Lei do RRF prevê as vedações, que são suscetíveis de negociação, desde que o plano feche a conta de receitas e despesas. Haverá a comissão de compatibilização do plano, e este pode ser revisto. A Seplag informou ainda sobre o art. 23 na renegociação das dívidas (RRF), em contraposição à Lei nº 24.185, de 2022: essa lei traz desembolso enorme imediato nos cofres públicos. O ganho pela adesão ao RRF é de R\$12 bilhões de reais. Afirmou que o plano ainda não está construído e pronto. Há necessidade de receita adicional vultuosa, que será feita por meio da privatização da Codemig.

- Segundo a Segov, em relação ao RRF, haverá a oportunidade de se discutir a formação do plano, que exige lei específica para tal e que será discutida na ALMG.

PLC nº 75/2021

- Deputados pediram esclarecimento sobre a demora na sanção do Projeto de Lei Complementar nº 75, de 2021, que foi aprovado pela ALMG e enviado ao governador para sanção. Afirmaram que as forças militares estão em um vácuo de legislação e pediram urgência em sua sanção.
- A secretária destacou que o PLC nº 75/2021 encontra-se em análise pelo Poder Executivo e sua sanção se dará em breve.

Acordo da Vale/Brumadinho

- Sobre esse tema, os deputados apresentaram os seguintes questionamentos: houve previsão de participação da CPP – Comissão de Participação Popular – na consulta à população para o anexo I.1 do Acordo da Vale, mas não houve execução. A consulta à população foi feita pela CPP em parceria com a UEMG e não houve execução quanto ao anexo I.1 do citado acordo. Seria possível executar pelo menos uma parte das demandas levantadas? A execução dos projetos do Acordo da Vale, já com ordem de início, é da própria Vale ou do governo? Na distribuição dos recursos do Acordo da Vale são beneficiados 361 municípios. Quais foram os critérios para o repasse desses recursos? Como o governo prevê a participação da ALMG? Será possível alguma alteração?
- Segundo a Seplag, há previsão de participação da ALMG no anexo I.1, de R\$3 bilhões, de escolha pela população. O anexo é de responsabilidade de execução das instituições de justiça,

MPF, MPE e Defensoria Pública, para a liberação do recurso (R\$2 bilhões de projetos levantados e R\$1 bilhão de microcrédito), e será precedido por consulta popular. Sobre a participação da CPP, a secretária informou que conversaria com as instituições de justiça em reunião prevista para a semana seguinte a esta reunião do Assembleia Fiscaliza. Os projetos com ordem de início constam como obrigação de fazer da Vale; era urgente a resposta rápida nas áreas de saúde, agricultura e desenvolvimento social. Todo o processo é acompanhado e auditado pela FGV. Algumas obrigações de fazer da Vale foram convertidas em obrigações de pagar. Reforça a participação da CPP: as instituições de justiça vão contratar instituições para executar o processo previsto no anexo I.1. O processo é mediado pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Afirmou que parte da imutabilidade do Acordo de Brumadinho deriva do processo do acordo, ou seja, cada parte alterada enseja a revisão do acordo, e que mudanças seriam muito complexas. Comprometeu-se a buscar maleabilidade do acordo.

- Segundo a Segov, em relação aos critérios para a distribuição dos recursos da Vale aos municípios, em 1º de julho foi paga a última parcela prevista no acordo e a escolha dos municípios foi feita conforme os projetos de infraestrutura dos municípios previstos no Padem.

Educação

- Ensino profissionalizante, trilhas de futuro; ensino médio em tempo integral. Questionou-se quais seriam as ações empreendidas no que tange à capacitação dos gestores escolares.
- Segundo a Seplag, o programa trilhas do futuro é diferenciado, com 70 mil jovens envolvidos e priorização de recursos na educação (R\$15 bilhões de reais em manutenção e desenvolvimento do ensino no ano passado) – as ações terão continuidade e garantia de recursos orçamentários.

Reparação rio Doce/ Acordo Mariana

- Recuperação de estrada. Início da execução do Termo de Parceria para consolidação do Parque do Rio Doce, com investimento inicial de R\$21 milhões e investimento total de R\$95 milhões.
- Os deputados pediram os seguintes esclarecimentos: estamos próximos de fechar um acordo sobre isso? Quem executará a maior parte: o Estado de Minas Gerais ou a empresa? Em torno de quais valores o acordo está chegando?
- Segundo a Seplag, o Acordo de Mariana é muito complexo, são 12 instituições envolvidas e não pode responder se está perto de fechar o Acordo. Repactuação Mariana: nove rodadas de negociação, que se concentraram nos aspectos técnicos. Em relação aos valores, são 12 atores que o estão definindo, mas nada pode dizer ainda sobre os valores, em respeito ao sigilo do processo pactuado entre as partes.

ICMS dos combustíveis

- Questionamentos apresentados pelos deputados: sobre a queda de arrecadação em relação ao ICMS dos combustíveis e da energia elétrica: qual será o impacto para o próximo ano? Se a compensação das perdas do ICMS é exatamente o valor de R\$12 bilhões que a Seplag disse que ganharia ao aderir ao RRF e quais seriam as ações políticas para garantir a compensação da perda do ICMS?
- Segundo a Seplag, a SEF – Secretaria de Estado da Fazenda – está fechando as contas, mas o impacto é em torno de R\$11 bilhões de reais.
- Segundo a Segov, há projeção de impacto de R\$12 bilhões na arrecadação do Estado. Havia a previsão de um mecanismo de ressarcimento desse impacto. O Estado tem suas obrigações a pagar e está na discussão, junto a outros estados e ao governo federal, sobre como ficará a recomposição das perdas. Afirmou-se que o governo do Estado não ficará passivo.

Repasse de recursos aos municípios e emendas parlamentares impositivas

- Reconhecimento da eficiência do governo. Argumentou-se que a adesão ao RRF causará impacto na execução das emendas impositivas. Solicitação do motivo para o pagamento de apenas um pequeno percentual do valor.
- Segundo a Segov, mais de R\$610 milhões de reais de emendas parlamentares foram pagas, restando agora as de execução direta, as doações e as que dependem de assinatura de convênios, por exemplo, de projetos de infraestrutura.

Implementação da UEMG em Araguari

- Segundo a Seplag, haverá uma conversa com a reitora da UEMG.
- Segundo a Segov, deve haver a abertura de processo seletivo para a contratação de professores para a UEMG em Araguari.

Hansenianos

- Questionamentos sobre a falta de resposta ao Requerimento nº 10.189/2021 (“requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja ampliado o valor da indenização a ser paga aos filhos de pessoas segregadas em colônias de hansenianos”).
- Segundo a Seplag, a definição de valores é feita por uma comissão. Afirmou-se que a resposta ao requerimento foi feita em 18 de fevereiro.

Expansão das UAI's

- Questionamento sobre o planejamento de expansão das UAI's – Unidades de Atendimento Integrado –, notadamente em Viçosa;

- A Seplag, ao detalhar o planejamento de expansão das UAI's, afirmou que Viçosa ainda não está contemplada porque o município ainda não solicitou.

Ferrovias

- Demanda de apoio à questão ferroviária, à melhoria da situação da malha ferroviária do Estado. O frete rodoviário é 15 vezes maior que o ferroviário. Necessidade de ampliação dos terminais de carga ferroviária no Estado. Necessidade de ferrovias, que são fundamentais para o crescimento de Minas.
- Segundo a Seplag, em relação à pauta ferroviária, o governo trabalha para incluir as ferrovias dentro do Acordo de Mariana. Tem conversado sobre o trem de Brumadinho.

Gestão de pessoas

- Realização de concursos públicos na área de Educação, Saúde e Segurança Pública e publicação de nomeações de candidatos aprovados e de excedentes em concursos homologados. Destaque para a Secretaria de Estado de Educação, com a autorização de mais 6.030 nomeações, das quais 1.000 já foram publicadas e as demais com publicação prevista até novembro de 2022, totalizando cerca de 14.000 nomeações, além da autorização de novo concurso para quase 20.000 vagas, entre as quais para professores, especialistas e técnicos.
- Reajuste de 10,06% concedido ao funcionalismo público estadual, com pagamento retroativo a janeiro de 2022.
- Implantação da Política de Teletrabalho em 42 órgãos e entidades do Poder Executivo.
- Readequação dos valores de ajuda de custo para servidores de 47 órgãos e entidades do Poder Executivo.
- Ampliação da licença-paternidade concedida ao servidor público estadual de 8 para 20 dias.
- Implantação do Novo Portal do Servidor.
- Regularização do pagamento de férias-prêmio a mais de 5 mil servidores no período, em um total de R\$160 milhões.

Prestação de serviços públicos aos cidadãos

- Desburocratização de acesso aos serviços públicos estaduais.
- Inauguração de três novas unidades do UAI Compartilha nos municípios e nova UAI Praça Sete em Belo Horizonte, que totalizam 34 unidades instaladas. Duplicação, em médio prazo, desse serviço descentralizado.
- Início da ativação de nove novas antenas de telefonia móvel no interior do Estado.
- Incorporação dos serviços do Detran nas UAIs.

- Projetos de mobilidade e fortalecimento dos serviços públicos, com mais de 35 trechos rodoviários com obras em andamento ou concluídos.

Serviços compartilhados

- Aquisição da Fazenda Marzagão, de propriedade da Companhia de Habitação de Minas Gerais – Cohab, para efetivar o acordo judicial de regularização da Ocupação Isidora.
- Realização de sete consultas públicas para levantamento de contribuições nas propostas de normativas.
- Estruturação e captação de parceiros para a criação da Rede Capacita Compras.

Cidade Administrativa

- Implementação de sala de amamentação e de urgência e emergência.
- Transferência do Detran para a Cidade Administrativa.

Pró-Brumadinho

- Ordem de início de 19 projetos decorrentes do acordo judicial de reparação firmado com a Vale, a serem executados na região atingida pelo rompimento da barragem em Brumadinho.
- Entrega de máquinas.
- Salas de urgência para atendimento em saúde.
- Início de pavimentação do trecho rodoviário de Esmeraldas a São José da Varginha.
- Processo de consultas populares em detalhamento.
- Mobilidade e fortalecimento dos serviços públicos.
- Trinta e cinco trechos de obras rodoviárias concluídas.
- Repasse de recursos a municípios.

FJP

- Pesquisas: estudos relacionados à Covid-19, balanço da Covid-19 no Estado de Minas Gerais durante os anos de 2020 e 2021 e divulgação de 21 Boletins Epidemiológicos e Assistenciais Covid-19; incremento e lançamento do plano anual de avaliação e monitoramento de políticas públicas; entrega de atualização do radar PNUD; PIB trimestral.
- Encontros do PDLMG.

Transferência de recursos aos municípios e desenvolvimento municipal

- Repasse da 2ª e 3ª parcelas de reparação pecuniária aos 853 municípios, somando quase 900 milhões de reais no período.
- Mais de 102.700 beneficiários atendidos pelo Programa de Transferência de Renda coordenado pelas instituições de Justiça, tendo sido transferidos 419,4 milhões de reais entre janeiro e maio de 2022.

- Definição de 112 projetos socioeconômicos para 26 municípios, seguindo prioridades indicadas na Consulta Popular, e início do processo de detalhamento.

MGS

- Ampliação do atendimento via MGS.
- 1.108 novos postos de trabalho em 24 novos municípios.
- Cursos realizados em treinamentos remotos e presencial.
- Avanço no projeto de portaria remota e no investimento em máquinas, equipamentos e produtos de limpeza para gerar eficiência e praticidade nas operações.

IPSEMG

- Aumento da arrecadação mediante a auditoria de benefícios previdenciários irregulares.
- Restruturação da área de compensação previdenciária.
- Implantação de sistema de agendamento *on line* de serviços do Ipsemg e sala de atendimento na Cidade Administrativa.
- Redução de tempo de espera na marcação de consultas e aumento da frequência de acompanhamento de pacientes.
- Projeto que propõe corrigir a defasagem da Tabela de Honorários Odontológicos, viabilizando a recomposição da rede assistencial odontológica e entrega da atualização da Tabela de Honorários de Serviços para a Área de Saúde.
- Projeto de Reestruturação da Rede Credenciada.

Prodemge

- Implementação do Sistema da Carteira de Identidade para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista.
- Implementação do sistema Gera SUS PPI, para revisão digital dos pactos assistenciais de média e alta complexidade hospitalar.
- Novas funcionalidades no MGApp relacionadas ao exame de legislação, CNH e propriedade de veículos.
- Ampliação da Base Integrada de Segurança Pública com a inclusão dos dados do sistema prisional, visando compartilhar informação entre os órgãos de segurança pública do Estado para tomada de decisões.
- Sistema de Fiscalização e Processo Administrativo que viabiliza fiscalizações e processos administrativos de forma digital por parte do Detran, aplicando penalidades em empresas credenciadas.

Em relação à atuação da Secretaria de Estado de Governo – Segov:

Processo participativo do PPAG

- Execução das emendas do processo participativo para 2022. Houve demanda dos deputados pela execução das emendas feitas por sugestão popular.
- A Segov ressaltou que, dos R\$25 milhões definidos para as emendas por sugestão popular, R\$23,8 milhões tiveram sua cota orçamentária aprovada e serão executados, respeitando a legislação eleitoral.

Processos administrativos das professoras apostiladas

- Deputados solicitaram paralisação da abertura dos processos.
- Segundo a Segov, os processos das professoras apostiladas requerem mais paciência, pois dependem de decisão judicial. O governo estaria envidando esforços para a solução.

Investimentos em educação, rodovias e expansão dos leitos do SUS

- Questionamentos sobre o que poderia ter sido feito, caso o governo não herdasse o pagamento das dívidas do governo anterior; volume de recursos envolvidos no pagamento de dívidas do governo passado; dívida de repasse aos municípios, mais de cinquenta por cento é de responsabilidade do governo atual.
- Segundo a Segov, sobre a dívida com os municípios, R\$7 bilhões de reais já foram repassados, foi quitada há pouco mais de um mês; e houve cumprimento dos repasses integrais. Reposição dos precatórios: R\$7 bilhões de reais, cujo pagamento já foi feito. Consignados: pouco mais de R\$1 bilhão de reais retidos pelo Estado e não foram repassados aos bancos. Dívida da Saúde: R\$7 bilhões; muitas dívidas que o Estado acumulou e o governo conseguiu quitar ou refinanciar. A adesão ao RRF possibilitará mais competitividade para o desenvolvimento do Estado. Afirmou-se que as compras e pagamentos em dia possibilitam o melhor preço; 103% da receita estava comprometida com despesas obrigatórias em 2019; atualmente há retomada dos investimentos com o pagamento das dívidas. Em relação à dívida com a saúde: para pagar as dívidas herdadas, houve a necessidade de deixar de efetuar os pagamentos do governo. Atualmente é feito em ordem cronológica.

SEE

- Programa Mãos à Obra na Escola – revitalização e obras nas escolas, manutenção de 2.200 escolas atendidas, totalizando um investimento na ordem de R\$420 milhões.
- Expansão do ensino médio em tempo integral, que, de 77 municípios, passou a atender 338, com a oferta atual de 91 mil vagas.

- Trilhas do futuro – formação técnica de alunos recém-formados no ensino médio e 100 mil bolsas distribuídas no Estado; sendo que agora há a distribuição de 40 mil bolsas aos educadores.

Segurança Pública

- Consolidação de Minas Gerais como o Estado mais seguro da Federação, com redução consolidada nos números de vítimas de violência doméstica, de roubos, de estupros consumados e de crimes violentos entre janeiro a maio de 2022.

Área Social

- Programa Recupera Minas: repasse de R\$86,2 milhões de reais para 231 municípios que decretaram estado de emergência em razão das chuvas que atingiram o Estado no fim de 2021 e início de 2022; R\$160 milhões de crédito subsidiado concedido pelo BDMG e obras na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Saúde Pública

- Retomada do atendimento às demandas cotidianas de saúde.
- Destaque para o aumento de 550 leitos de UTI para tratamento da Covid-19, posteriormente transformados em leitos de UTI normais, totalizando 2.622 leitos para atendimento pela rede pública de saúde.
- Vacinômetro: ampliação da cobertura vacinal contra a Covid 19.
- Programa Valora Minas: R\$1,2 bilhão de repasse de recursos para hospitais municipais e criação do programa Opera + Minas, com destinação de R\$99 milhões para realização de 49 mil procedimentos cirúrgicos eletivos no Estado e redução da fila de espera para essa modalidade de atendimento.

Desenvolvimento Econômico

- Situação fiscal do Estado e atração de investimentos.
- Minas Gerais, nos últimos quatro anos, atraiu R\$235 bilhões de reais em investimentos, com R\$500 mil novos postos de trabalho, especialmente nos setores de serviços e indústria.

Execução das emendas impositivas

- Aumento do valor das emendas parlamentares – triplicou de 2019 para 2022, com R\$610 milhões de emendas parlamentares impositivas pagas em 2022 até o momento.

IV – Compromissos e encaminhamentos

COMPROMISSOS	<p>Compromisso/Posicionamento da secretária de Estado de Planejamento e Gestão:</p> <ul style="list-style-type: none">• Garantir que a adesão do Estado ao RRF não trará nenhum efeito negativo de imediato para os servidores públicos. Eventuais medidas que possam afetar a vida destes ocorrerão somente com a construção do plano e serão feitas por meio de projetos de lei que tramitarão nesta Casa. Nada será feito de ofício.• Agilizar a sanção do PLC nº 75, de 2021, que se encontra em processo de análise.• Discutir com as instituições de justiça (MPF, MPE e Defensoria pública), em reunião prevista para acontecer na semana seguinte a esta reunião do Assembleia Fiscaliza, a participação da Comissão de Participação Popular da Assembleia na distribuição dos recursos do Acordo da Vale. Discutir e buscar maleabilidade do acordo.• Conversar com a reitoria da UEMG sobre a implementação de unidade da UEMG em Araguari e sobre a abertura de processo seletivo para a contratação de professores para essa unidade.• Trabalhar para incluir as ferrovias dentro do Acordo de Mariana, tendo em vista à melhoria da situação da malha ferroviária e ampliação dos terminais de carga ferroviária no Estado.
ENCAMINHAMENTOS	<p>Compromisso/Posicionamento do secretário de Estado de Governo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Executar 23,8 milhões de reais definidos para as emendas por sugestão popular, que tiveram sua cota orçamentária aprovada, respeitando a legislação eleitoral.• Envidar esforços para solucionar os processos administrativos das professoras apostiladas. <p>Não houve apresentação de requerimentos.</p>

Belo Horizonte, 7 de julho de 2022.

Deputado Virgílio Guimarães

Presidente da Comissão de Redação